



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 07 – Ano IV – 05/2015
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e seu Arquivo: a importância da documentação no processo de construção da memória (1983-2003)

Prof^a. MSc. Fernanda da Costa Monteiro Araújo
Doutoranda em Memória Social na
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO/PPGMS - Brasil
Docente da Escola de Arquivologia / Departamento de Estudos e Processos
Arquivísticos – UNIRIO / DEPA
Rio de Janeiro – Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9575155035976874>
E-mail: fernandacma@gmail.com

Resumo: O presente artigo se refere à pesquisa de Doutorado em desenvolvimento sobre o processo de construção da memória do movimento operário através dos seus acervos arquivísticos. Os documentos produzidos, recebidos e acumulados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), custodiados pelo Centro de Memória Sindical da CUT (CEDOC CUT), serão analisados no sentido de entender os usos e a importância dada ao arquivo pelo movimento operário. Além disso, buscaremos nos documentos arquivísticos indícios do chamado “Novo Sindicalismo” que marcou a criação da CUT nos anos 80. A pesquisa seguirá até o ano de 2003, quando a entidade completou vinte anos de atuação e seu principal líder Luís Inácio Lula da Silva, foi eleito presidente da República. A intenção é localizar – ou não – nos documentos aspectos que identifiquem a criação da CUT com o conceito de “Novo Sindicalismo”.

Palavras-chave: Memória. Movimento Operário. Central Única dos Trabalhadores. Arquivos. Arquivologia.

Introdução

O presente artigo está inserido no debate sobre Memória, História e Arquivos. Michael Pollak (1989, pp. 3-15) utiliza o conceito de “trabalhos de enquadramento da memória” para explicar uma memória constituída por determinado grupo. Grupos ou vertentes disputam uma memória específica que ajuda a construir sua identidade, algo que os dê reconhecimento. O enquadramento da memória reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Mas esse enquadramento do passado é feito a partir de uma exigência de credibilidade, sob o risco de desintegrar referenciais fundadores.

A trajetória de formação e atuação do movimento operário é fundamental para entender o processo de construção de memória deste grupo. Esse processo será identificado no presente trabalho através de uma das ferramentas mais estratégicas que a memória social utiliza que são os documentos arquivísticos.

O ponto de análise principal será o arquivo da Central Única dos Trabalhadores (CUT), ou seja, os documentos produzidos e recebidos pela instituição ao longo dos seus vinte anos de atuação (1983-2003). O arquivo adquire um lugar de destaque na medida em que entendemos que os registros arquivísticos são ferramentas estratégicas nas disputas pela memória, configurando-se no processo segundo o qual a memória se torna um valor, uma forma de poder (NORA, 1993, pp. 07-28)

O sentido de prova e de verdade segundo o qual o acervo arquivístico é investido lhe confere uma singularidade, é nessa chave que pretendemos analisar a memória da CUT, uma das representantes da linha de atuação do movimento operário no Brasil. Estipulando como ponto de partida os anos 80, período de sua formação, até o ano de 2003 quando a entidade completou vinte anos de existência, e quando Luís Inácio Lula da Silva, nome fundamental na trajetória histórica da CUT, foi eleito presidente da República. Pretendemos traçar uma linha analítica da trajetória política do movimento operário através do acervo da CUT, de forma a entender suas memórias através dos documentos arquivísticos que produziram ao longo dos anos.

Partimos da ideia de que o arquivo surge como um lugar propício para o resgate e/ou construção de memórias coletivas ou individuais por meio da custódia

de seus documentos e nesse sentido o seu papel social não pode ser esquecido. Os documentos arquivísticos possuem um papel politicamente ativo no sentido de identificar e preservar elementos que uma ou identifique grupos e indivíduos.

A relação do movimento operário com o passado vem sendo estimulada por diversas iniciativas, uma delas é a criação de centros de memória e arquivos, com fontes orais e escritas, formas específicas de lidar com o passado e tentar entender as suas próprias memórias. Segundo Pimenta e Santana (2009, pp.65-81) essas tentativas correspondem a uma forma de tentar recuperar algo que se perdeu ao longo do processo histórico brasileiro, que segundo eles, é marcado por uma forte tradição de repressão e intervenção no que se refere a história do trabalho.

Dessa forma, o estudo através dos documentos arquivísticos do movimento operário, marcado pelo “novo sindicalismo” a partir da década de 80, representado principalmente pela criação da CUT, é fundamental para entender o processo de construção de uma “nova” memória e identidade desse grupo, na medida em que aponta para a configuração política atual do movimento.

Como questão principal, a pesquisa trabalha com os aspectos da memória que os arquivos conservam, fazendo dessa forma um *link* entre História e Arquivos. Memória é processo, construção. Como tal é feita por atividades de rememoração do passado segundo elementos do presente que resignificam noções de tempo e espaço selecionando o que é “importante” para compor a memória. Esse processo não é consciente, é uma difícil negociação entre o individual e o social, pela qual identidades são construídas e reconstruídas a fim de formar uma coesão ao grupo.

Nesse sentido a análise dos documentos arquivísticos produzidos pela CUT no período entre 1983 e 2003 são importantes para entender o processo de transformação e de continuidades da memória do sindicalismo brasileiro. A importância do arquivo enquanto um “lugar de memória” ou ainda enquanto um objeto de disputa pela memória precisa ser abordado enquanto um instrumento estratégico na construção da identidade do movimento operário.

A questão central é identificar no acervo documental de uma das instituições representativas do chamado “novo sindicalismo”, como a CUT, indícios da nova configuração sindical, ou seja, investigar se o arquivo possui informações sobre o processo de redefinição do movimento operário nos anos 80. Será que os militantes consideram o arquivo importante para suas lutas políticas? Os documentos

arquivísticos espelham as reivindicações e conquistas do movimento? Até que ponto podemos encontrar referências da trajetória do sindicalismo brasileiro nos documentos de arquivo?

Questões mais técnicas no que se refere ao tratamento dos acervos também serão abordadas, assim como questões de relevância político-profissional. Como é feita a avaliação dos documentos de arquivo? Existem arquivistas de formação nos arquivos das instituições? O movimento considera importante a presença desse profissional?

São indagações que permeiam a questão central que é entender a importância do arquivo para a construção da “nova” memória do movimento sindical através da criação da CUT.

A oposição entre “velho” e “novo sindicalismo” pode ser pensada em função de uma nova identidade da classe trabalhadora frente às novas condições internas do movimento assim como a sua relação com o Estado brasileiro.

Reflexões e discussões referentes ao Estado brasileiro enquanto elemento indispensável ao estudo das políticas em geral apontam, em sua maioria, para uma análise “estadista”, segundo a qual o Estado, de origem ibérica, seria o principal responsável pelas características de nossa formação social. No entanto, é importante destacar que as bases teóricas e conceituais que sustentam nossa análise indicam outra perspectiva, que nada tem a ver com a interpretação dominante, que privilegia o Estado como ator principal e renega a sociedade a um papel coadjuvante.

Autores consagrados pela “academia”, que tomam como norte de suas análises o predomínio inquestionável do Estado sobre a sociedade, acabam por vitimizar, de certa forma, a sociedade civil, desqualificando as ações públicas. O Estado, por sua vez, é visto como algo à parte dessa sociedade, um “ser reificado”, descolado do tecido social que lhe dá base, como observa Sonia Regina de Mendonça (2007, pp. 01-12) Essa vertente trabalha com um Estado “naturalizado”, “místico”, um bloco homogêneo, como se não fosse constituído de atores sociais com interesses específicos, isentando as práticas estatais de conflitos. Segundo Mendonça, tal vertente afirma

uma forte carga de negatividade, usualmente associada ao Estado e que transparece através de adjetivações como “centralizador”, “cooptador” e “coercitivo” o que pressupõem, enquanto seu reverso necessário, a

fragilidade, 'dispersão' ou impotência da Sociedade, incapaz de promover formas próprias de organização de representação política (MENDONÇA, 2007, p.03).

O Estado faz parte do conflito existente entre as classes sociais, e por isso é necessário destacar que ele não deve ser entendido como uma “entidade em si mesmo”, mas sim como uma relação de forças entre classes, que se manifesta de maneira específica e privilegia as relações sociais, possuindo a todo o momento interesses e alianças estratégicas.

De acordo com Antonio Gramsci (1984), o Estado é uma condensação das relações sociais presentes numa dada sociedade, incorporando em si mesmo os conflitos presentes na formação social. O conceito de Estado enquanto uma relação, elaborado por Gramsci, parte da visão de “Estado ampliado”, que incorpora três componentes abordados em constante interação. São eles: a infra-estrutura, a sociedade civil e a sociedade política. Nessa interação, há uma dimensão política fundamental para a preservação e estruturação do Estado, que extrapola a dinâmica entre coerção e consenso. Sua base principal é o que Gramsci denomina de cultura, entendida não como atividade de entretenimento, erudição, ou coisa do gênero, mas sim como visão de mundo, valores, crenças, etc. de um determinado grupo social.

Assim, partindo do pressuposto de que sociedade política e sociedade civil encontram-se em constante relação, é necessário identificar as formas de organização de ambas, no sentido de verificar os agentes coletivos inseridos organicamente em classes ou frações de classe específicas. Da mesma forma, é fundamental conectar tais agentes com as disputas constantes no interior das agências estatais. Segundo Mendonça (2007, p.07), deve-se “refletir a cada momento histórico, sobre o eixo central que organiza e articula a sociedade civil enquanto matriz produtiva e, ao mesmo tempo, como tais formas dessa organização se articulam **junto e pelo** Estado restrito, mediante a análise dos seus agentes e das suas práticas”.

Entendemos que o movimento operário faz parte dessa conjuntura na medida em que se configura em um ator político de extrema importância no interior do Estado brasileiro, e como apresentado anteriormente, sofreu profundas transformações ao longo do processo histórico assim como preservou características relacionadas a períodos passados. Esse processo foi marcado por disputas e embates de interesses que deram outra configuração ao movimento, que

principalmente a partir dos anos 80, clamava por um reconhecimento público das suas demandas e da participação ativa que tiveram na história do país. Esse reconhecimento se trona cada vez mais possível com o acesso à informação e com o direito a memória e a identidade desse grupo.

Nesse sentido o arquivo cumpre um papel importantíssimo a partir do momento em que se configura em um instrumento para o acesso a essa informação. Porém, de acordo com Lissovsky (2008, p. 26-36) é necessário analisar os acervos arquivísticos como um conjunto anacrônico, ou seja, o autor defende que são vestígios intencionais que carregam uma série de antecipações (não existe intencionalidade desprovida de antecipações) que se combinam de forma instável, são formados por diversas dimensões que juntas lhes dão vários sentidos. No entanto terá um único sentido dado de acordo com o olhar particular dos pesquisadores e usuários.

Alinhamos nossa análise com a perspectiva teórica da Arquivologia, que defende que os arquivos são investidos de subjetividade, não são traduções verídicas de fatos, mas sim interpretações e que o arquivista é ator fundamental nesse processo, considerado-o co-autor do arquivo, juntamente com outros profissionais, é um dos responsáveis pela configuração informacional do arquivo, influenciando diretamente no processo de lembrança e esquecimento que configuram a formação da memória.

Dessa forma a pesquisa possui como marco principal o estudo da CUT através dos seus documentos arquivísticos no período de 1983 a 2003 com a intenção de identificar aspectos da memória e identidade coletiva desse grupo após o chamado “novo sindicalismo”. Tendo como base teórica as perspectivas apresentadas até então, como forma de guiar a discussão entre Estado, sociedade e arquivos.

Metodologia

O movimento operário, como qualquer outra instituição, produz, recebe e acumula informação durante seu desenvolvimento e atuação. Informação essa, que pode estar registrada em diferentes tipos de suportes: escritos, gravados, filmados, entre outros. A intenção é analisar, a partir do contexto social, político e econômico da atual realidade brasileira a identidade e a memória que se formou no movimento

sindical a partir da documentação da CUT. Até que ponto os documentos produzidos pela instituição no âmbito das suas atividades são úteis para a construção de uma pertença identitária dos seus membros. Nesse sentido os usos que os dirigentes sindicais fazem ou não do arquivo indica a relação entre a documentação e a pauta de reivindicações do movimento.

Defendemos que a documentação é um elemento importante de construção e de disputa de memória, no entanto é preciso analisar o nível de importância que o grupo investe ao arquivo. Através de entrevistas e pesquisas específicas pretendemos identificar o grau de consultas e utilização do arquivo internamente. Nessa perspectiva é preciso mapear que tipo de documentação está presente no acervo da instituição, custodiada pelo Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC-CUT).

Através de investigações mais apuradas a intenção é observar a frequência em que se entrega documentação ao CEDOC-CUT, a quantidade de vezes em que essa documentação é pesquisada e para quais fins de pesquisa, qual tipo de pesquisador que utiliza essa documentação (dirigentes internos ou pesquisadores externos).

Acredita-se que a documentação é constantemente doada e organizada no centro de memória, no entanto, caso essa não seja a realidade encontrada buscaremos entender o porquê dessa prática. A ausência também é uma informação, e nesse sentido os reais motivos pelos quais a documentação não está disponível ou não é consultada pode estar relacionada a pelo menos dois fatores: o simples descaso dos dirigentes e membros do movimento ou ação estratégica na qual a não disponibilização de um determinado documento é feita de forma consciente.

Podemos dividir a metodologia que está sendo utilizada ao longo da pesquisa em três partes. A primeira é a discussão bibliográfica sobre o campo de estudos da memória e dos arquivos, além da discussão sobre o movimento operário. A leitura e o aprofundamento dos debates em torno da emergência da memória e da configuração teórica e conceitual da Arquivologia enquanto bases iniciais para as futuras pesquisas serão fundamental.

A segunda metodologia utilizada é a efetiva pesquisa documental, em fontes primárias. Efetivar-se-á a consulta aos documentos arquivísticos do CEDOC-CUT. A

intenção é identificar documentos internos, atas de reuniões, resoluções, ofícios, entre outros indícios que exemplifiquem a postura e o discurso implementado pelo movimento operário durante os anos de 1983 a 2003, período de vinte anos de atuação da central sindical.

Através da pesquisa nos acervos documentais poderemos perceber o grau de envolvimento dos sindicatos com o arquivo. Será possível recolher informações e documentação que exemplifiquem uma determinada vertente de atuação da central sindical frente ao governo, suas reivindicações e conquistas, caracterizando uma pertença identitária desse grupo. Além de perceber a importância que os membros do movimento dão ao arquivo enquanto repositório de documentos oficiais e, portanto responsável pela preservação e divulgação de sua trajetória e memória.

E por fim serão realizadas entrevistas com os militantes e líderes sindicais, mais especificamente aqueles ligados ao CEDOC-CUT na hierarquia estrutural da instituição. Através de perguntas aos dirigentes da CUT e aos responsáveis pelo arquivo da instituição pretendemos entender ainda melhor a relação que os documentos possuem com o cotidiano do movimento sindical.

São perguntas iniciais que complementarão a análise documental. As entrevistas ajudarão a perceber os usos do arquivo pela instituição assim como o real valor que os militantes e dirigentes investem aos documentos arquivísticos para as suas práticas diárias. A localização hierárquica do CEDOC-CUT na estrutura organizacional da instituição e sua relação com os demais setores serão mais facilmente percebidas com as entrevistas. São questões que não seriam sanadas apenas com as pesquisas nos documentos.

A partir dos dados obtidos poderemos ter um panorama geral da importância do acervo arquivístico para as atividades do movimento assim como entender se o papel dos documentos é importante ou não para os propósitos do movimento sindical segundo os militantes.

Após a coleta dos dados através das leituras, pesquisas documentais e entrevistas, será feita uma análise específica de todas as informações encontradas de forma a fazer as conexões propostas nos objetivos da pesquisa.

O estudo e interpretação dos dados colhidos será uma etapa fundamental no processo de construção dos objetivos propostos. Através das leituras bibliográficas

pretendemos conhecer um pouco mais a trajetória histórica do movimento operário no que se refere à sua organização interna, demandas e bandeiras de lutas.

Nos arquivos, ou seja, nas pesquisas de campo, nos acervos documentais, a análise dos dados será feita através dos cuidados de um pesquisador quando utiliza fontes primárias. Os documentos não falam por si só, é necessário entender o contexto de produção e os objetivos de determinado documento, não se esquecendo das atividades e funções do órgão/setor produtor. A pesquisa com documentos deve levar em consideração que as informações encontradas não correspondem a totalidade de informações possíveis. O acervo já passou por uma avaliação e seleção antes de estar liberado para o acesso. Nesse sentido a ausência de uma informação também pode ser uma informação, já que o fato de não estar no arquivo pode ter sido uma decisão consciente.

Os movimentos sociais não foram “inaugurados” na contemporaneidade neoliberal – esse contexto será explicado mais adiante, muito antes já existiam reivindicações organizadas, no entanto a partir dessa nova configuração política, social e econômica, esses movimentos adquiriram características específicas relacionadas diretamente a esse momento histórico. É justamente nessa linha mais atual, momento em que a preocupação com o passado adquire grande importância, que os arquivos vão se localizar, que o debate em torno da documentação e do acesso à informação ganham mais fôlego, principalmente no que se refere à memória enquanto processo de construção.

Nesse sentido, a justificativa e relevância do presente trabalho, está na necessidade de um estudo mais aprofundado acerca desse contexto, buscando um melhor entendimento da dinâmica que existe entre documentação, arquivo e memória.

Além de apresentar uma análise interdisciplinar entre Arquivologia, História e Sociologia. Utilizaremos os debates fundamentais das áreas mencionadas para propor um estudo nas linhas de interseção entre as disciplinas em questão.

O Movimento Operário e a criação da CUT

As transformações em âmbito mundial que marcaram os últimos dois séculos, no Brasil mais especificamente os últimos trinta anos, exemplificadas, entre outros elementos, pela emergência de um novo modelo governamental neoliberal, que

prioriza a produção e o mercado em detrimento das questões sociais, fez com que parcelas da sociedade se organizassem em busca de novas iniciativas e articulações no sentido do bem comum.

Nesse sentido, o surgimento de movimentos com cunho reivindicatório e com propostas sociais de defesa dos setores menos favorecidos socialmente, torna-se latente no Brasil. Nessa conjuntura podemos perceber a emergência de demandas específicas que irão convergir em movimentos mais amplos, orquestrados por diversos grupos de defesa e reivindicação das camadas mais abastardas.

Nesse contexto diversos setores sociais precisaram se adequar à nova realidade política, ou seja, precisaram atuar em esferas que deveriam ser de responsabilidade do Estado *stricto senso*, e com o movimento operário não foi diferente. Ao pensar a atuação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) como uma das principais instituições representativas do movimento sindical na conjuntura contemporânea é preciso fazer uma análise da história de sua criação perpassando pela trajetória do próprio movimento operário, no sentido de entender o processo de construção de memória dessa instituição e do grupo ao qual representa nos dias atuais. Como podemos compreender a formação de uma pretensa identidade que hoje se tem do movimento operário através da sua atuação ao longo do tempo?

A trajetória de lutas e reivindicações do movimento operário, assim como a sua estrutura organizacional interna modificaram-se ao longo do processo histórico brasileiro, essas transformações quase sempre estavam alinhadas com a conjuntura política nacional, retratando em muitos aspectos, características inerentes à sociedade brasileira.

A combinação de alguns fatores conjunturais nas duas últimas décadas, fez com que o movimento de trabalhadores urbanos se adequasse à nova realidade. Ricardo Pimenta e Marco Aurélio Santana (2009, p. 65-81) identificam três desses fatores, são eles: A globalização econômica nacional, a rápida reestruturação industrial e os processos de privatizações que fragmentaram as bases sociais do movimento operário. Segundo os autores esses processos mudaram completamente o cenário existente no interior do movimento, fazendo com que introduzissem diferentes estratégias para tentar recuperar o terreno perdido.

Essa fragmentação que marcou o movimento operário, principalmente a partir dos anos 80, redefiniu sua linha de atuação a partir de então, com novas alianças e

posturas frente aos desafios sociais e econômicos que afligiam a classe trabalhadora ao longo dos anos.

Dessa forma é importante fazer uma retrospectiva histórica da militância operária no sentido de tentar entender a emergência de uma central única como a CUT e sua convergência com o contexto político atual, e para tanto, é fundamental uma revisão bibliográfica sobre o tema. Destacando que essa revisão não se configura como o objetivo principal do presente trabalho, mas é fundamental para entender o processo e os embates políticos que deram origem a CUT, além de localizar o grupo que estava à frente desta iniciativa.

Diversos autores analisam a conjuntura de lutas que marcaram o movimento operário sob várias perspectivas analíticas que ajudarão a entender, em parte, o processo de construção de memória e identidade desse grupo. Para tanto é necessário retrocedermos temporalmente em nossa análise, para introduzir o contexto de formação da classe operária brasileira até a criação da CUT nos anos 80, período que se inicia o “novo sindicalismo”.

Na década de 50 o movimento operário era marcado por uma forte legislação sindical, com um sindicato único de cunho corporativista originária do período do Estado Novo, o que perdurou até os anos 60 pré-golpe militar. Os anos que antecederam o golpe foram caracterizados por um comportamento sindical considerado conformado, composto por uma classe operária “satisfeita” com sua situação, sem grandes ambições quanto ao seu papel de ator social. Esse comportamento é explicado, por uma vertente econômico-social, que considera a origem rural dos trabalhadores e a entrada recente de grande parte da parcela assalariada no mercado de trabalho, os principais motivos para o comportamento apático operário e sindical.

A previsão dos analistas dos anos 50 era que os sindicalistas deveriam assumir uma postura ofensiva, buscando a transformação social com um horizonte socialista, comportamento que não se confirmou pelas características específicas do período.

No entanto essa explicação é muito criticada por alguns autores. Segundo Francisco Weffort (1972), esse comportamento poderia ser melhor explicado por um viés político, defende que as lideranças mais combativas adotaram uma nova linha de ação, abandonaram conscientemente a crítica direta a tal estrutura e através de

uma aparente passividade buscaram acesso aos canais privilegiados de decisão no interior do Estado, tentando viabilizar “pelo alto” as reformas sociais propostas. Definindo então o período entre 1950 e 1964 de “sindicalismo populista”

Dessa forma Weffort desloca a discussão em relação ao comportamento operário de uma esfera econômico-social para um debate que envolve opções políticas dos sindicatos em conjunturas históricas distintas.¹ No entanto a ideia de que o movimento operário possuía um “destino” de classe, ainda estava presente, ou seja, o horizonte socialista não desapareceu, esperava-se do operariado um comportamento dito revolucionário, que segundo Weffort não se confirmou devido ao pequeno enraizamento dos sindicatos nas bases operárias, por parte dos líderes sindicais, seja por miopia ou por oportunismo político. Segundo Weffort as decisões eram tomadas sempre de cima para baixo, a cúpula não envolvia a base sindical, o que prejudicava o caráter mais reivindicativo do movimento.²

Segundo Pimenta e Santana (2009, p. 65) a vida política brasileira predominantemente é marcada por características ditatoriais. Tanto governos civis quanto militares intervieram nas organizações da classe trabalhadora produzindo, entre outros efeitos, a intimidação de pessoas, o silêncio e a destruição e apreensão de documentos importantes de diversos períodos históricos. Ao analisarmos o regime militar (1965 – 1985) percebemos que a classe trabalhadora e suas organizações foram um dos principais alvos do regime. Trabalhadores foram vitimados pela dura política econômica e pela repressão que cerceou a participação popular e limitou o papel dos trabalhadores em relação as suas reivindicações e lutas, como as greves, por exemplo.

Sob o pretexto de uma “república sindicalista” no país, os setores de direita perseguiram lideranças e militantes do movimento operário e introduziram elementos conservadores nas direções do movimento, transformando as organizações em aliadas do governo, apoiando as medidas governamentais em detrimento dos trabalhadores. As perseguições caracterizavam-se por prisões, passando por exílios, torturas e mortes.

¹ Para características mais específicas do “sindicalismo populista” ver: WEFFORT, Francisco. “Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968”. São Paulo, Cebrap, 1972.

² A caracterização do sindicalismo populista, realizado de cima para baixo, excluindo as demandas reais dos trabalhadores, incluía organizações como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) que privilegiava organizações de cúpula afastando-se das bases.

Dessa forma o regime ditatorial acabou por estabelecer uma linha divisória entre as gerações de militantes, criou-se um sentimento de descontinuidade entre a história de duas gerações. De acordo com Pimenta e Santana, cada nova geração começava do zero, ou seja, começou a pensar em si como ponto de partida, não se identificava com a geração anterior, não tinham nenhuma relação com o passado. Assim, segundo os autores o cenário estava pronto para a disputa material e simbólica entre o que viria a ser o chamado “novo sindicalismo” (pós-64) em oposição ao “velho sindicalismo” (antes de 64).

No imediato pós-golpe, com o impacto da repressão sobre as organizações sindicais iniciaram-se as críticas às lideranças do movimento. Várias discordâncias e dissidências começaram a ocorrer no período entre 1964 e 1967, que na década de 70 vai definir o novo modelo sindical, o chamado “novo sindicalismo”. Marcelo Badaró (1998, p.62) indica que a principal característica dos sindicatos nesse momento era a defesa de uma “atuação classista, combativa e organizada a partir da base, ou seja, enraizado nas empresas através das organizações por local de trabalho”. O núcleo da proposta do chamado “novo sindicalismo” seria a organização a partir da base e não, mais da cúpula do movimento, seguindo a orientação classista, ou seja, de acordo com os trabalhadores das fábricas, além da permanência constante do discurso de greve.

A necessidade de se diferenciar de uma época anterior se dava dentro das organizações sindicais, em especial pelos próprios sindicalistas. Badaró destaca que havia a necessidade de construir uma nova identidade por parte desses trabalhadores que os diferenciassem tanto do sindicalismo conformado alinhado com o chamado “sindicalismo populista” pré-64 quanto do sindicalismo das lideranças, das cúpulas posterior ao golpe de 64.

Outra característica do chamado “novo sindicalismo” era o caráter “apolítico” dos sindicatos. Defendiam que o movimento operário deveria ser autônomo sem ligação com partidos políticos. Rejeitavam a influência partidária no meio sindical (MATTOS, 1998, p. 64).

Dessa forma, as principais reivindicações do “novo sindicalismo” em relação aos períodos anteriores, eram entre outras: a derrubada da legislação sindical corporativista do tempo populista e da legislação salarial da ditadura, o fim da tutela do Estado sobre os sindicatos, fim da taxa compulsória que mantinha

financeiramente os sindicatos (imposto sindical) e a defesa da unicidade sindical (MATTOS, 1998, p. 66)

Os trabalhadores buscavam mais autonomia frente ao patronato, sendo autores principais no processo da luta sindical, demonstrando profunda vontade em afirmar uma identidade operária.

As greves dos anos 83-89 e a criação das centrais sindicais em especial a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 marcariam os anos 80 como a “era” do “novo sindicalismo”. No entanto, novas reorientações foram sendo agregadas ao longo do processo histórico. Nos anos 90 o movimento sindical passou por um novo balanço e resignificou a expressão “novo sindicalismo”, já que muitos aspectos do “velho sindicalismo” continuaram existindo.

Badaró destaca que apesar das diferentes análises acadêmicas e das diversas práticas e posições teóricas dos militantes sindicais ao longo do tempo, existe um ponto em comum no que se refere a trajetória do “novo sindicalismo”.

O novo sindicalismo é tão mais novo e diferente quanto mais se diferencia do velho sindicalismo pré-64. As distintas expectativas sobre sua novidade, manifestadas sobretudo entre 78 e meados dos anos 80, bem como as mais ríspidas críticas à não efetivação de seu potencial transformador, que emergiram nos anos 90, pautaram-se igualmente pela construção de uma caracterização negativa do movimento sindical anterior ao golpe. Este era tomado como parâmetro, do qual o novo sindicalismo primeiro se distanciaria (despertando esperanças), para mais tarde se mostrar pouco diferente (gerando decepção). (MATTOS, 1998, p. 80)

Nesse sentido a análise da trajetória do movimento operário aponta que o processo de rupturas e continuidades é permanente. O discurso transformador, em alguns aspectos não se concretizou, mantendo elementos tradicionais no interior do movimento. No entanto, a necessidade de uma “nova” identidade operária era uma das principais reivindicações dos líderes do “novo sindicalismo”. Era necessário romper com todas as referências passadas, que ligavam os sindicatos a uma época que precisava ser esquecida. Esse período é marcado por várias disputas e conflitos ideológicos que influenciam na construção da memória e identidade do movimento operário.

Resultados parciais

A pesquisa está caminhando para entender como o processo de ruptura e continuidade pode ser identificado nos documentos arquivísticos produzidos,

recebidos e/ou acumulados pela CUT ao longo nos anos. O material empírico mencionado na metodologia já foi recolhido e está em fase de análise. A pesquisa documental e as entrevistas foram realizadas no final do ano de 2013 e estão sendo tabuladas a fim de mapearmos as informações encontradas.

No entanto é possível fazer algumas considerações que podem ajudar nas conclusões da pesquisa. A maioria dos documentos que compõem o acervo são cópias e em grande parte se referem ao período de formação da CUT e são jornais ou panfletos internos. Os assuntos abordados são frequentemente ligados às eleições e à direitos sociais, como o direito de greve e o fim do imposto sindical.

Em relação às entrevistas percebemos uma forte importância do arquivo no nível do discurso, mas na prática os documentos são raramente consultados e doados internamente.

Nesse sentido podemos prever que a presença de poucos documentos originais no acervo da CUT e a baixa frequência de pesquisas e doações dos militantes, remetem a um baixo uso do potencial do CEDOC CUT em relação aos documentos arquivísticos. Identificamos assuntos que aproximam a criação da CUT das bandeiras do “novo sindicalismo”, mas os documentos mais recentes não constam no arquivo, demonstrando que os sindicalistas podem não atribuir ao arquivo a importância merecida.

Como mencionado, essas conclusões são parciais e, portanto precisam ser mais bem aprimoradas no sentido de apontar o verdadeiro uso e importância dos documentos arquivísticos para a CUT.

Referências

- ASSIS, João Marcus F.; SOUZA, Rosale de Mattos. “Cultura documental, religião e movimentos sociais: experiência de diálogo interdisciplinar entre Arquivologia, ciências humanas e sociais”. In: *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil* / Anna Carla Almeida Mariz; José Maria Jardim; Sérgio Conde Albite Silva (org.). Rio de Janeiro: Móbile: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012.
- BELLOTTO, Heloísa L. “Arquivos permanentes: tratamento documental”. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- CASTELLS, Manuel. “Cidade, Democracia e Socialismo: A experiência das associações de vizinhos de Madri”. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- COOK, Terry, SCHWARTZ, Joan M. “Arquivos, Documentos e Poder: a construção da memória moderna”. *Archives Science*, v. 2, n 1-2, p 1-19.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político”. 3º ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DUCHEIN, Michel. “O respeito aos fundos em Arquivística: princípios, teóricos e problemas práticos”. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro: 1986. v.10 - 14 n. 1
- GRAMSCI, Antonio. “Maquiavel, a Política e o Estado Moderno”. 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- GOHN, Maria da Glória. “Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos”. Edições Loyola, 2007.
- GÓMEZ, José María. “Entre potencialidades e limites, temores e esperanças: notas sobre a sociedade civil e a globalização”. In: *Sociedade & Políticas – novos debates entre ONGs e universidade*. GARCIA, Joana; LAMDIM. Leilah; DAHMER, Tatiana (Orgs.) Rio de Janeiro: Renavan, 2003, p. 11-20.
- HEYMANN, Luciana Quillet. “De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do legado de Darcy Ribeiro”. IUPERJ: Rio de Janeiro, Tese de doutorado, 2012.
- JARDIM, José Maria. “A invenção da memória nos arquivos públicos”. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 01-13, 1995.
- LISSOVSKY, Maurício. “O que fazem as fotografias quando não estamos olhando para elas?”. In: *Dobras da memória*, 2008, p. 26-36.
- MATTOS, Marcelo Badaró. “Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955 – 1988)”. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998

MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém. “O trabalho e a identidade política da classe trabalhadora”. Goiânia: Alternativa, 2002

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais*. *Outros Tempos*, vol. 1, p. 7, 2007.

_____. *Economia e Política na historiografia brasileira*. *Antropolítica*, Niterói, EDUFF, v. 7, p. 23-39, 2001.

MONTEIRO, Fernanda. *Da solidariedade econômica ao ativismo político: o caso Lucas Lopes*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS/URFJ), 2010.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Projeto história: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, v. 10, p. 07-28, dez. 1993, p.14.

PIMENTA, Ricardo M. “Quando o arquivo serve à identidade: sindicatos e o uso da memória no cenário pós-redemocratização”. In: *Memória e Identidade: ensaios/ Paulo César Oliveira e Shirley Carreira (org.)*. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2011.

POLLAK, M. “Memória, esquecimento e silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>

SANTANA, Marco Aurélio; PIMENTA, Ricardo M. “Public History and Militant Identities: Brazilian Unions and the Quest for Memory”. *International Labor and Working-Class History*, n° 76, 2009, p. 65-81.

SCHELLENBERG, T. R. “Arquivos modernos. Princípios e técnicas”. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

WEFFORT, Francisco. “Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968”. São Paulo, Cebrap, 1972.

Documentos Auxiliares:

ARQUIVO NACIONAL, “Dicionário brasileiro de terminologia arquivística”. 2004. Disponível em: < http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf

Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). “Centros de Documentação Alternativos: Algumas questões”. *Memória*. Rio de Janeiro, v.1, n.7, nov.1983.

Texto científico recebido em: 24/11/2014

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 05/05/2015

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

www.facebook.com/revistavozesdosvales

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424

Periódico Científico Eletrônico divulgado nos programas brasileiros *Stricto Sensu*
(Mestrados e Doutorados) e em universidades de 38 países,
em diversas áreas do conhecimento.